

METÁFORA, REPRESENTAÇÃO E TEXTUALIDADE NAS FORMAS DA LÍNGUA NACIONAL

Mariângela P. Galli Joanilho*
André Luiz Joanilho*

RESUMO

Este trabalho visa por um lado, contribuir para a História das Idéias Lingüísticas, da qual fazem parte, em diferentes momentos e abordagens, conceitos de metáfora e textualidade. Pretende ainda, contribuir para a reflexão sobre os conceitos operados pela Semântica do Acontecimento. Em particular, interessa-nos refletir sobre o que seja "língua" em uma semântica histórica da enunciação. Mostraremos, assim, enunciados em que a metáfora aparece enquanto suporte material dos processos discursivos que constituem o conceito de língua, em artigos publicados no jornal O Estado de São Paulo, no Brasil, durante 1907. A condensação semântica da expressão metafórica permite que se revelem efeitos de sentido não negligenciáveis que trabalham a organização da memória e a representação de um imaginário sobre a língua.

Palavras-chave: Metáfora, Enunciação, Textualidade, Língua nacional.

ABSTRACT

This work aims on one hand, to contribute to the History of Linguistic Ideas which, at different moments and from different approaches, encompasses the concepts of metaphor and text. It also intends to reflect about concepts operated by Event Semantics. In particular, to reflect on what is "language" in a historical semantics of enunciation. We, thus, analyze some constructions in which metaphor appears as material support of the discourse processes that constitute the concept of language in newspaper articles published in "O Estado de São Paulo", during 1907. The semantic condensation of the metaphorical expression promotes relevant meaning effects which contribute to the organization of memory and the representation of language imaginary.

Keywords: Metaphor, Articulation, Textuality, National language.

* Universidade Estadual de Londrina - UEL

Introdução

As pesquisas em história das ideias lingüísticas têm nos mostrado que a linguagem pode ser explicada na base das descrições e representações da construção do saber lingüístico em suas relações com os saberes sociais, desde um ponto de vista histórico. A compreensão do funcionamento do processo metafórico pode ser uma das formas de se atingir a historicidade da língua e os saberes sociais que se construíram sobre ela. Este é o nosso propósito, isto é, refletir acerca dos efeitos de sentido relativos aos enunciados em que aparecem construções metafóricas que, em um movimento constante de retomadas e reconfigurações, constroem, para o conceito de língua nacional, uma modalidade de existência particularizante, que opera a sua institucionalização.

Retomaremos assim, o parágrafo que aparece no resumo deste artigo para escandi-lo e, com isso, ampliar os contornos da definição de nosso objeto. Para nós, então, a expressão “língua nacional” traz em sua enunciação uma especificidade política e territorial que configura um conjunto de significações para o conceito de língua. A partir de uma análise semântico-contextual, apresentaremos algumas questões formuladas com base em construções metafóricas desta expressão. Veremos que a metáfora é uma memória que se manifesta em vários textos sobre a língua. Deste modo, a condensação semântica da construção metafórica permite que se revelem efeitos de sentido não negligenciáveis que trabalham a organização da memória e operam a representação de um imaginário sobre a língua.

Para compreender esta relação – entre imaginário e memória – abordaremos dois aspectos do processo: a metáfora e a subjetivação, ou seja, para nós, interessa ver como a metáfora compõe o sujeito no discurso.

A partir disso, podemos pensar na seguinte questão: como ficariam então todas estas reflexões sobre o sentido metafórico trazidas agora para a produção das singularidades, quando se pensa a discussão da língua nacional no Brasil do início do século XX?

1. Língua, Metáfora e Memória

Na perspectiva teórica da Semântica do Acontecimento ou dos estudos históricos da enunciação, perspectiva na qual nos colocamos para refletir sobre a questão da significação na linguagem, *não há como falar de sentido sem falar de memória, ou falar de memória, sem falar de sentido*. Trabalhar essa espessura do sentido na constituição de um saber sobre a linguagem é organizar, interpretar o passado, mesmo porque a linguagem pode ser explicada na base das descrições e representações de sua própria construção em suas relações com os saberes sociais, desde um ponto de vista histórico. Esse movimento de trazer a memória para os estudos da linguagem não se faz de maneira automática e imediata, mas aponta para uma compreensão e um estudo da constituição de saberes sociais, no processo de gramatização das línguas

A linguagem se reconhece então pelo estatuto das línguas e pelos saberes lingüísticos, e a alteridade, ou seja, (re)conhecimento da presença do outro na e pela linguagem acontece, inicialmente, a partir de um estatuto filológico e lexicográfico.

Deste modo, para alcançar uma compreensão dos saberes sobre a língua, sem que a linguagem seja reduzida meramente a um meio de expressão de uma estrutura global das relações sociais e sim, como realidade histórica é preciso ter em conta o processo da gramatização das línguas, isto é,

é preciso compreender que: “As causas que agem sobre o desenvolvimento dos saberes lingüísticos são extremamente complexas. Pode-se notar conjuntamente: a administração dos grandes Estados, a literalização dos idiomas e sua relação com a identidade nacional, a expansão colonial, o proselitismo religioso, as viagens, o comércio, os contactos entre línguas, ou o desenvolvimento dos conhecimentos conexos como a medida, a anatomia ou a psicologia.” (AUROUX 1992: 28)

Pretendemos tomar esse assunto em sua dimensão histórica, ou seja, tentar compreender que práticas fizeram com que o sujeito, que não deixava sua identidade (de brasileiro) transparecer pela língua, passasse a se marcar no interior dos enunciados, por meio de inovações lingüísticas, como o aumento do uso de certas estruturas, que eram aceitas pela comunidade. Para isso, a compreensão do funcionamento do sentido metafórico é fundamental.

Passaremos então a destacar algumas metáforas que apareceram em textos jornalísticos para verificar a construção da textualidade. De certo modo, perceberemos que, para os autores dos artigos jornalísticos do início do século XX, pertencer à mesma língua seria, nesse momento, a marca da extensão de uma mesma civilidade, significando que uma só língua seria compartilhada em terras diferentes.

2. A Língua no Jornal

O jornal *O Estado de São Paulo* era, inicialmente, um periódico produzido pela elite letrada brasileira. Foi fundado em 1875, por um grupo de republicanos, liderados por Francisco Rangel Pestana e Américo de Campos. Nessa época, chamava-se *A Província de São Paulo* e, só passou a ter a outra nomeação a partir de 1889, com a Proclamação da República.

Entre o final do século XIX e início do XX, o periódico era apresentado na forma de um caderno de seis a oito páginas, dividido em várias seções em que circulavam desde anúncios sobre temas variados, até traduções de romances franceses e artigos científicos. Ainda naquele momento, principalmente em fins do século XIX, havia toda uma ordem positivista que orientava as discussões dos articulistas e colaboradores menos frequentes. Os enunciados apresentados em seguida foram extraídos de artigos escritos por Oliveira Lima (um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, diplomata e, por vários anos, professor em Washington) e Silvio de Almeida (professor de língua portuguesa na Escola Normal, em São Paulo, e colaborador no jornal *O Estado de São Paulo*, por mais de uma década e meia).

A análise dos artigos nos permitiu verificar que a discussão sobre a língua nacional está posta, em um primeiro momento, pela ordem de uma naturalização, isto é, há um conjunto de metáforas que predicam a língua portuguesa no Brasil como um **corpo** que sustenta a nacionalidade daquele que aqui nasceu.

Apresentaremos, em seguida, a análise de algumas seqüências¹ extraídas de um artigo escrito por Oliveira Lima e de dois artigos assinados por Silvio de Almeida. O texto produzido pelo primeiro autor foi publicado em uma seção do jornal intitulada “Coisas Nacionais”, na qual ele escrevia regularmente; já Silvio de Almeida publicou seus textos na coluna “Divagações” por mais de uma década. Um estudo da designação dos nomes nas colunas diárias do jornal mostraria uma compreensão

1. Uma análise mais detalhada destas e de outras seqüências encontra-se em: JOANILHO, M.P.G. (2005) *As metáforas da língua nacional*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp. (inédita)

bastante interessante da linguagem e da significação, que, como bem sabem aqueles que trabalham as discursividades da língua, não é nem neutra nem transparente...

(1) O período de transição que atravessa no Brasil o português transplantado, é certamente o que mais influe na geral imperfeição grammatical do momento actual: porquanto é curioso observar que **as questões da língua assumem proporções nacionais** e um carácter grave, numa terra em que de ordinario se não escreve bem. (...) Por isto mesmo, para que taes **imperfeições externas** á não convertam numa **deformação essencial**, é que mais necessario se torna ter sempre presente o que Gonçalves Dias denominava o respeito devido ao genio da lingua (...).

(2) As alterações, assim, operarão superficialmente, mesmo sensivelmente, mas sem tocar nas **fontes vivas** e na **estrutura intima** do idioma. **A transformação inevitavel tem aliás de ser regrada para se não tornar anarchica, de ser paulatina para não se desmanchar na precipitação.** Ao cabo poderá bem acontecer que affecte o fundo, naquelle genio da lingua. Traduzindo este como traduz o carácter do povo, há de modificar-se afinal se o carácter, apresentar differenciação notavel.

(3) **A relação entre a lingua e o carácter nacional é uma coisa innegavel**, tanto que se conhece logo o escriptor que, escolhendo outro idioma para meio de transmissão dos seus pensamentos, deixa de lado o instrumento proprio e adequado á communicação intellectual com o seu publico. **A's linguas correspondem pois certos predicados de raça ou de povo**, ou por outra, estas qualidades refletem-se na expressão idiomática.

(OLIVEIRA LIMA, A lingua portugueza no Brasil - coisas nacionaes, **O Estado de São Paulo**, Quinta-feira, 23/05/1907)

As considerações de Oliveira Lima sobre a mudança imposta pelo Acordo Ortográfico traziam a questão da modificação do corpo da língua como a não-aceitação da diferença, sob pena de condenarmos a sua estrutura. Da seqüência 1, podemos extrair as seguintes expressões, todas relativas às transformações no “corpo” da língua: “imperfeição grammatical”, “imperfeições externas á não convertam numa deformação essencial”, ou ainda, “(...) produziremos uma deformação essencial se tocarmos as fontes vivas e a estrutura íntima do idioma.” Para o autor, a mudança deve ser “regrada para se não tornar anarchica, de ser paulatina para não se desmanchar na precipitação.” Ele ainda formula a previsão do que, para ele, parece inevitável, como aparece no trecho final da seqüência 2: “Ao cabo poderá bem acontecer que affecte o fundo, naquelle genio da lingua. Traduzindo este como traduz o carácter do povo, há de modificar-se afinal se o carácter, apresentar differenciação notavel.”

Ao contrário de Oliveira Lima, que em suas considerações sobre a língua nacional apresentava um tom mais brando, Silvio de Almeida era mais ácido. Para ele, as simplificações, produto do Acordo Ortográfico, eram: “aleijões” (seqüência 5) ou “fruto pêco” (seqüência 5); e, a própria Reforma era uma “cacografia” (seqüência 4) ou um “parto perdido” (seqüência 6) da Academia Brasileira de Letras (seqüência 6).

Vemos, então, como Silvio de Almeida, afetado pelos sentidos impostos pela reforma, se coloca em uma posição em que observa que a língua, nessa sua nova ordem, torna-se “fruto pêco”, que não vingou. Para o autor, uma língua define-se pelo uso, pela “força assimiladora dos povos que a falam”, e não por imposições, “por movimentos intempestivos” feitos pelos “imortais”.

Estas questões, embora se inscrevam a partir da epígrafe de “Divagações”, servem para situar o trabalho de S. de Almeida na sua época e apresentar o problema de linguagem a que ele responde: a constituição de uma forma de pensar sobre a língua nacional em que a questão da unidade se mantém: pois ao mesmo tempo em que põe um modo de pensar sobre a língua que está constituído pela sua historicização em um outro território, em um novo espaço e em um novo tempo, está fortemente significado pelo desejo de manutenção de uma unidade com Portugal, pelo desejo de pertencer à mesma língua.

De certo modo, pertencer à mesma língua seria, nesse momento, a marca da extensão de uma mesma civilidade, significando que uma só língua seria compartilhada em terras diferentes. Como os filhos se estendem aos pais, a nação é então “corpo jovem” – “rebento da nacionalidade portuguesa, plantado e crescido noutra continente”, e a reforma, que fabrica as regras “em separado ou distintas das que prevalecem em uso corrente na antiga metrópole”, produz o corpo deformado, o “fruto pêco”, que não vingou. Efeitos dos jogos de identidade e representação numa política de línguas.

Mas há uma contradição fundamental em Silvio de Almeida: ao mesmo tempo em que não aceita a mudança, inclui a diferença pelo uso, quando incorpora em seu texto termos de línguas indígenas, como “pajés” e “tanga” (seqüência 4):

(4) Ninguém nega que – de parte uma ou outra assinalada exceção – **na Academia Brasileira de Letras se reúne a fina flor da nossa mentalidade.** Alli, como em solenne floresta, vivem, longe de profanos olhares, os insignes **pagés** da brava gente que a sabida Europa já considera – homens de frak e de chapéu de cocó, que não mais selvagens de tanga, de arco e flecha, e comedores de carne humana...(...)

Mas, seja qual for – e já reconheci que é muita – a autoridade de Academia de Letras, certamente que essa autoridade não acoberta, nem pôde acobertar, a sua recente reforma orthographica, que do sempre caustico sr. Carlos de Laet mereceu o carregado nome de **cacographia**.(...)

(5) As simplificações se confundem com **aleijões**, que feramente maltratam os nossos habitos visuaes; e **não só reformam, mas tambem deformam a graphia do portuguez. Fruto pêco** de tantas locubrações doutoraes foi a substituição de umas por outras incongruencias. Mas então é natural que a estas, **novas e anomalas**, prefiramos aquellas que o uso tolera e até consagra.

Exemplo dá-nos, eloquente, a propria natureza da conservação de certos orgams que perderam a sua primitiva função: elles não desaparecem de chofre; e o mesmo se pudera dizer de algumas letras, que ficam attestando na palavra o seu anterior **esqueleto**, mais complicado e possante.”

(6) Á refórma intempestiva que em má hora recebeu a consagração dos brahmanes academicos (pouco menos repulsiva, porém, mais illogica, do que a dos positivistas ou do barbeiro Nunes) mal pôde servir para augmentar a nossa désordem graphica, sob o especioso pretexto só agóra lembrado, de se pôr a escripta ao alcance dos ignorantes... Fundada, há tantos annos, **a nossa academia, como certos animaes, perdeu o seu primeiro parto serodio**, pois que se metheu a ensinar o povo como é que elle deve escrever errado...

(ALMEIDA, S. Divagações. **O Estado de São Paulo**, Segunda-feira, 15/07/1907)

Em um artigo que foi publicado em 23 de setembro de 1907, Almeida produz uma divisão entre poder político e poder/saber filológico, a partir de elementos que fazem a particularização de seus sentidos num movimento que traz a inversão da metáfora do “corpo deformado”, trata-se então de metáforas que fazem uma passagem do corpo à língua, da língua ao corpo: a designação formula para a língua um sentido mais espiritual do que orgânico, como podemos verificar pelas considerações que o autor tece no penúltimo parágrafo de seu texto, transcrito pela seguinte seqüência:

(7) Foi, em grande parte, a conservação da **estrutura vocabular**, com as suas “superfluidades”, que permitiu achar no **tesouro da linguagem, como em um sacrário, a alma das velhas gerações, essa alma que não morreu porque a escripta, principalmente, a perpetuou!**

Esta questão da divisão do corpo, ora mutilado, ora sacralizado retorna em seus textos, às vezes de maneira velada, às vezes de forma veemente, oferecendo-nos interessantes metáforas sobre a língua nacional, como se vê, por exemplo, nos segmentos que finalizam o artigo:

(8) Eu espero (alegrem-se os leitores!) não ter mais necessidade de ativar outra pá da terra sobre **esse Monstro philologico que, já morto, saiu das entranhas primiparas da Academica.**

Do **necroterio scientifico**, foi elle, **em pedaços**, para o cemiterio do passado, donde sairá talvez em alguma revista de anno ou nas allegorias do carnaval...”

(ALMEIDA, S. Divagações. **O Estado de São Paulo**, Segunda-feira, 23/09/1907)

De tão adulterado, modificado, deformado, o corpo torna-se “monstro”! Essa não aceitação da mudança imposta e a insistência, por um lado pela unidade e, por outro, pela evolução natural da língua, marcam as discussões que perpassaram o ano de 1907. O que elas nos mostram é que, no movimento dos sentidos, a metáfora local traz a possibilidade de compreender as oscilações entre o mesmo e o diferente, na discussão sobre os sentidos da língua nacional. A escola, o solo, a terra funcionam na construção da referência no acontecimento (GUIMARÃES, 2002) para os sentidos da língua nacional. O povo, em todas as suas articulações com outros nomes (“almas”, “selvagem”, “estrangeiro”), reescreve o sujeito nacional. Portanto, é através de um jogo entre metáforas locais (*a língua é esteio, é corpo que sustenta e/ou deforma a nacionalidade*), no processo metafórico, que se funda um espaço próprio para significação na/da língua. É através do duplo jogo – entre metáfora local e processo metafórico – que encontramos um sujeito efeito da linguagem, um sujeito que significa pela divisão, pela desestabilidade na ordem do acontecimento.

Conclusão

Na última década, vários estudos sobre a gramatização brasileira do português mostraram como as questões que envolvem a língua colocam fortemente o problema da unidade nacional e o da diversidade regional.

A retomada das metáforas construídas nos textos dos escritores no jornal republicano produz um efeito de memória que consiste em reescrever o discurso da unidade nacional (e trans-nacional)

em um momento histórico no qual a identidade é colocada pelo mesmo movimento que suspende a diversidade. E isso é o jogo da língua que opera; um jogo político e não etimológico.

Trata-se de uma guerra velada entre “estar no mesmo” e “significar o diferente”, cujo horizonte é a política: uma política de línguas que suspende a diversidade para significar na unidade. Trata-se de um corte fundamental que inaugura a nacionalidade, cujos sentidos não escapam aos contemporâneos, os jornalistas republicanos, em um momento e em um lugar particulares: um jornal paulista do início do século XX.

Assim, a análise dos textos publicados no jornal põe em evidência o gesto de escrita desses autores que ultrapassa as reflexões dos discursos legitimados sobre a língua. O gesto de escrita no jornal marca a forma de inaugurar um pensamento sobre a língua que a relaciona não só com seus movimentos internos, mas com a exterioridade: a língua no jornal vem “carregada de exterioridade”.

Finalmente, é interessante notar como a constituição das metáforas de referência nos textos produzidos/publicados no jornal produz uma forma compreensão para esse período da gramatização brasileira do português, pois mostra a inauguração de um gesto de escrita que ultrapassa as evidências das reflexões nas falas estabilizadas sobre a língua: um gesto que marca a história cotidiana desses atores ordinários e a sua relação com a língua em uma lógica do texto que produz um pensamento sobre esse conceito em um momento e em um espaço em que a idéia de nação se estabelece. Neste sentido, o Acordo Ortográfico de 1907 apresenta certo número de pontos significativos com relação à língua em sua unidade: mostra como a elaboração de um movimento de reforma coincide com um momento de engajamento teórico e de crise de legitimidade, pois sublinha como as decisões teóricas fundamentais sobre a língua tomadas por uma comissão marcam a elaboração de uma metalinguagem concebida como instrumento decisivo na história da constituição do sujeito nacional.

Referências

AUROUX, S. **La sémiotique des encyclopédistes**. Paris: PUF, 1979.

_____. **A Revolução Tecnológica da Gramatização**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

DÉTRIE, C. **Du sens dans le processus métaphorique**. Paris: Honoré Champion, 2001.

DUMARSAIS, C. **Des tropes ou des différents sens**. Présentation, notes et traduction: Françoise Douay – Soublin. Paris: Flammarion, 1988.

GUIMARÃES, E. **Os Limites do Sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem**. Campinas: Pontes, 1995.

_____. Sinopse dos Estudos do Português no Brasil. A Gramatização Brasileira. **Língua e cidadania**. Campinas: Pontes, 1996.

JOANILHO, M.P.G. **As metáforas da língua nacional**. Instituto de Estudos da Linguagem. UNICAMP: Campinas. Tese de doutorado (inérita), 2005.

